



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28/11/84

ANO X

EMENDA

PROPOSIÇÃO N.º 217/84

I - Ser brasileiro;

II - Estar no exercício dos direitos políticos.

À Constituição do Estado do Paraná.

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 105 da Constituição do Estado e outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do inciso I do artigo 23 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1.º - O artigo 105 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 105 - Os Municípios são unidades territoriais com autonomia política, administrativa e financeira, regem-se pelas respectivas Leis Orgânicas e demais Leis que adotarem, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição da República e nesta Constituição Estadual;

§ 1.º - A proposta de Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em duas sessões, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, os votos da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 2.º - O caput do artigo 106 e os seus parágrafos primeiro e terceiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 106 - São poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

§ 1.º - Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito e Vice-Prefeito e os Vereadores serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, na data e com duração de mandato estabelecidos pela Legislação Federal.

§ 3.º - Ressalvado o disposto na Legislação Federal são condições de elegibilidade ao Legislativo e Executivo:

Art. 3.º - O caput do artigo 107 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 107 - O número de Vereadores, sempre ímpar, será fixado por Lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a trinta e três.

Art. 4.º - O § 1.º do artigo 110 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º - A instalação dos novos municípios somente se efetivará com a posse dos titulares dos poderes Municipais, eleitos conjuntamente com os dos Municípios já existentes.

Art. 5.º - O caput do artigo 112 passa a vigorar com a seguinte redação.

"Artigo 112 - O Estado concorrerá com sua colaboração para o funcionamento dos poderes Municipais, observado o seguinte:

Art. 6.º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 112.

Art. 7.º - Enquanto os Municípios não promulgarem suas próprias Leis Orgânicas, nos termos do permissivo do artigo 105, ficam vigindo os dispositivos da Emenda Constitucional n.º 2.

Sala das Comissões, em 05/11/84.

Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA
Líder da Bancada do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras têm sido as reivindicações no sentido de estabelecer aos Municípios a competência para se auto-organizarem, entre elas a do Vereador Luiz Carlos Schroeder, de Toledo, que requereu o envio por aquela edilidade de expediente ao Presidente desta Casa, bem como aos líderes das bancadas dos dois partidos, solicitando providências para ser emendada a Constituição do Estado do Paraná visando transferir às Câmaras Municipais a competência para elaborarem as Leis Orgânicas dos respectivos Municípios.

A presente proposta de emenda constitucional constitui inegável avanço na sem-

pre perseguida autonomia Municipal, que existe não em sua plenitude mas, ao contrário, com restrições.

Até o presente apenas o Estado do Rio Grande do Sul alterou sua Constituição, possibilitando a que os Municípios rio-grandenses tivessem as suas respectivas Leis Orgânicas e não como acontece nos demais Estados onde há uma Lei Orgânica Municipal, única.

No Paraná, a Legislação que regula a matéria é o capítulo VI "in totum" do Título I da Constituição Estadual e a Lei Complementar n. 2, de 18 de junho de 1973, uma Legislação genérica para todos os Municípios, com exceção ao da Capital, que pelo parágrafo único do artigo 1.º tem a prerrogativa de elaborar a sua Lei Orgânica específica.

Assim os Municípios das Capitais, via de regra dispõem de suas Leis Municipais, autônomas, mas os municípios do interior têm suas vidas reguladas por uma Legislação única, de âmbito Estadual.

E por que só as capitais terem suas Leis próprias? Por terem características peculiares que as diferem de outros municípios?

E esses outros municípios são iguais? No entender de Virgílio Marino de Lima, diretor da Câmara Municipal de Toledo, na justificativa que embasou o requerimento do Vereador Luiz Carlos Schroeder para que oficiasse esta Assembléia Legislativa no sentido de se emendar a Constituição Estadual, assinala aquele diretor que os Municípios não são iguais entre si. "Há municípios de vocação industrial, há outros de vocações puramente agrícolas e outros, ainda, essencialmente turísticos", e argumenta ele: "A atual Lei Orgânica vale tanto para uns como para outros. Isto para os que possuem uma população de 5 mil como para os que têm 500 mil habitantes.

E conclui: "Então nada mais democrático que cada município tenha a sua Lei Orgânica, de acordo com as suas peculiaridades", assinalando ainda que "por essa via se contribui para o fortalecimento dos legislativos municipais tão massacrados hoje pela hipertrofia do Poder Executivo".

São muitos os argumentos a favor da plena autonomia Municipal.

Na justificativa para seu projeto de emenda à Constituição do Estado de São Paulo, assinala o Deputado Antonio Resk: "O tão comentado princípio da autonomia municipal, garantido constitucionalmente e defendido com ênfase pelos doutrinadores municipalistas, tem sido, na verdade, constantemente desrespeitado sob vários aspectos".

O artigo 15 da Constituição Federal assegura a autonomia Municipal pela eleição direta do prefeito, vice-prefeito e vereadores, e pela administração própria

no que respeita ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) - à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

b) - à organização dos serviços públicos locais.

"Mas esses dispositivos não possuem a eficácia necessária nem são extensivos a todos os casos. Veja-se por exemplo a limitação imposta aos Municípios da área de segurança nacional e das estâncias hidro-minerais quanto à eleição de prefeito e vice-prefeito".

"A autonomia não se realiza também quanto às finanças municipais. Nesse aspecto, em face da má distribuição das rendas públicas as municipalidades não desfrutam da mínima autonomia, como seria desejável".

Embora a alínea "b" do artigo 15 da Constituição Federal assegure ser da competência de cada município decidir que legislação adotar, baseado em seus interesses e conveniências próprias, na verdade não é isso o que acontece, como afirma Resk: "Geralmente os Estados membros da Federação - arvorando-se em verdadeiros donos da autonomia municipal - outorgam aos seus municípios uma Lei Orgânica".

Antonio Resk cita a conceituação de Hely Lopes Meirelles sobre "peculiar interesse" dos Municípios. Segundo o entendimento do eminente jurista "por peculiar interesse entende-se todos os assuntos de interesse predominante do município, embora possam ter reflexos no Estado membro e na própria União", completando: "Assim, a administração municipal se estende a todos os serviços públicos de interesse local e predominante". Antonio Resk conclui pela evidente dificuldade de uma única Lei Orgânica dos Municípios atender aos interesses predominantes e às conveniências de na cidade, com características completamente diversas umas das outras, assinalando a seguir: "A expressão (peculiar interesse), conforme a entendemos, não diz respeito ao conjunto dos municípios de cada Estado membro mas a cada um deles "per-se".

Pondera ainda Antonio Resk em sua justificativa: "Acresce notar que a outorga de uma Lei Orgânica comum a todos os municípios não respeita o peculiar interesse de cada comuna. Cada Município tem os seus problemas próprios, decorrentes de sua situação geográfica, de suas tradições, dos seus usos e costumes, de seu nível de cultura, das suas atividades predominantes, das suas fontes específicas de riqueza, etc".

São igualmente bastante esclarecedoras as considerações de Moysés H. E. Barbosa,

assessor jurídico da SURBAM, Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, do Rio Grande do Sul, na justificativa ao Anteprojeto de Lei Municipal para aquele Estado.

Tais considerações são colocadas em adendo a esta justificativa, bem como o todo do Anteprojeto de Lei Orgânica para os municípios riograndenses, por constituírem valioso subsídio para informar e orientar a discussão da matéria.

A autonomia municipal existe apenas em textos constitucionais. Na realidade ele não se exerce efetivamente, notadamente no tocante ao fato de os Estados-membros da Federação outorgarem uma Lei genérica para todos os municípios sem atender às peculiaridades de cada um.

A vida dos Municípios paranaenses é regida pela Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, e pelas disposições contidas no capítulo VI da Constituição Estadual (artigos 105 a 122).

É evidente que disposições gerais como as contidas neste texto constitucional não podem prever todas as peculiaridades e todas as circunstâncias de cada um dos Municípios do Estado. São evidentes as diferenças econômicas, culturais, políticas e sociais de Municípios altamente industrializados como Curitiba, Araucária, Ponta Grossa e Londrina, para citar só alguns deles, e os de Nova Olímpia, Mandirituba, Antonina, Marechal Cândido Rondon, entre tantos, com diferenças fundamentais inclusive quanto ao tamanho da população.

Além da alteração do artigo 105 são propostas várias outras, com a finalidade de adaptar a Constituição à nova situação criada.

A alteração proposta para o artigo 106 decorre do fato de serem Legislativo e Executivo Municipal efetivamente poderes e não meros órgãos municipais (Moysés H. E. Barbosa, em sua justificativa anexa a esta proposta de emenda).

A alteração proposta para o parágrafo primeiro do artigo 106 visa adequar a Constituição Estadual à Legislação Federal que regula a data das eleições municipais e a duração dos mandatos de prefeito, vice-prefeito e vereadores. A proposta para o parágrafo terceiro do mesmo artigo tem em mira reforçar a caracterização como poderes e não órgãos os legislativos e executivos municipais, o mesmo acontecendo em relação ao parágrafo primeiro do artigo 110.

A alteração do artigo 107 impõe-se como necessidade de atualização do texto constitucional, defasado com a realidade existente.

Finalmente a alteração do artigo 112 visa assegurar a autonomia municipal pretendida.

O propósito da presente proposta de emenda não é o de revogar o texto da Emenda n.º 2 mas o de facultar ao Município, que assim o deseja e entenda como necessário e oportuno, de elaborar a sua Lei Orgânica própria.

Em vista da importância da matéria em pauta, fazemos um apelo para que todos os Senhores Deputados com assento nesta Casa emprestem a sua cooperação para um debate em profundidade da propositura que ora temos a honra de submeter a este Legislativo, e tendo em vista ainda o que dispõe o caput do artigo 24 da Constituição Estadual.